

UNIVERSIDADE FUMEC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

**A INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO
E A GESTÃO DO CONHECIMENTO:
Estudo em universidade brasileira**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
GESTÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
LINHA DE PESQUISA
GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

SANDRO BIMBATO CÉSAR

BELO HORIZONTE – MG
2013

SANDRO BIMBATO CÉSAR

**A INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO
E A GESTÃO DO CONHECIMENTO:
Estudo em universidade brasileira**

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Mestrado em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento da Universidade FUMEC como parte dos requisitos para obtenção de título de Mestre. Área de concentração: Gestão do Conhecimento de Organizações.

Linha de pesquisa: Gestão da Informação e do Conhecimento.

Prof.^aOrientadora: Dr.^a Cristiana Fernandes De Muylder.

BELO HORIZONTE – MG

2013



UNIVERSIDADE
FUMEC

FUMEC/FACE
Faculdade de Ciências Empresariais
Curso de Mestrado em Sistema
de Informação e Gestão do Conhecimento

Projeto de pesquisaintitulado de “A
INDISSOCIABILIDADE ENSINO,
PESQUISA, EXTENSÃO E A GESTÃO DO
CONHECIMENTO”: Estudo universidade
brasileira, de autoria de Sandro Bimbato
César, aprovada pela banca examinadora
constituída pelos seguintes professores:

Professor Orientador

Professor Membro da Banca

Professor Membro da Banca

Professor Coordenador do Curso

Belo Horizonte, ___ de _____ de 2013.

RESUMO

Este estudo pretende investigar a relação entre a gestão do conhecimento no contexto da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão em um ambiente educacional de ensino superior. Diante de tal contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar a percepção dos agentes de atividades de ensino, pesquisa e extensão, partindo da premissa da suposta ausência de materialização desta tríade. Este projeto de pesquisa apresenta uma abordagem considerada descritiva de cunho qualitativo, o qual se encontra em fase de construção de relações ainda não definitivas. Considera, inicialmente, apresentar os conceitos de gestão do conhecimento no ambiente de ensino superior e suas relações com ensino, pesquisa e extensão. Em seguida, será feito um estudo de caso em uma universidade privada no Estado de Minas Gerais, o qual será utilizado técnica de coleta de dados guiada por estudo bibliográfico, análise documental e entrevistas com os agentes de atividades de ensino, pesquisa e extensão para posterior tratamento. O resultado do estudo de caso será um mapeamento das práticas de gestão do conhecimento em andamento e os indicadores utilizados por essa intuição. A maior contribuição deste trabalho está na possibilidade de trazer para o momento atual da educação de ensino superior, mediante os resultados obtidos, uma análise de como acontece a materialização da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão a partir de teorias e práticas de gestão do conhecimento. Uma nova visão que permitirá compreender o conhecimento atual e observar se está compatível com as reais necessidades das universidades particulares brasileiras, valorizando a subjetividade complexa dos envolvidos para que se possa servir de compartilhamento e base para os desafios acadêmicos do século XXI.

Palavras-chave: Indissociabilidade. Ensino. Pesquisa. Extensão. Gestão do Conhecimento.

ABSTRACT

This study aims to investigate the relationship between knowledge management in the context of indissociability of teaching, research and extension education in an environment of higher education. Faced with this context, the objective of this research is to analyze the perception of agents teaching, research and extension, on the premise of the supposed lack of realization of this triad. This research project presents an approach considered descriptive qualitative character, which is in the process of building relationships not yet definitive. Initially considers introduce the concepts of knowledge management in the higher education environment and its relationship to teaching, research and extension. Then will be a case study in a private university in the state of Minas Gerais, which will be used for data collection technique guided by bibliographic, documentary analysis and interviews with agents teaching, research and extension for later treatment. The result of the case study will be a mapping of knowledge management practices in progress and indicators used for this intuition. The major contribution of this work is to bring in possibility for the current moment of education higher education through the results, an analysis of how the materialization happens inseparability teaching, research and extension from the theories and practices of knowledge management. A new vision that will understand the current knowledge and observe if it is compatible with the real needs of private universities in Brazil , highlighting the complex subjectivity of those involved so that they can serve as a basis for sharing and the academic challenges of the XXI century .

Keywords: Inseparability. Education. Research. Extension. Knowledge Management.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	9
1.2	OBJETIVOS	9
1.2.1	OBJETIVO GERAL	9
1.2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
1.3	JUSTIFICATIVA	10
1.4	CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1	EDUCAÇÃO SUPERIOR	13
2.2	UNIVERSIDADES.....	16
2.3	O PRINCÍPIO DA INDISSOCIABILIDADE	18
2.4	ENSINO SUPERIOR	21
2.5	PESQUISA.....	22
2.6	EXTENSÃO.....	22
2.6.1	IMPACTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	23
2.6.2	INTERAÇÃO DIALÓGICA.....	24
2.7	O CONHECIMENTO	24
2.7.1	A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	25
2.7.2	CONHECIMENTO EMPÍRICO.....	26
2.7.3	CONHECIMENTO FILOSÓFICO	26
2.7.4	CONHECIMENTO TEOLÓGICO.....	27
2.7.5	CONHECIMENTO CIENTÍFICO	27
2.7.6	CONHECIMENTO TÁCITO	29
2.7.7	CONHECIMENTO EXPLÍCITO.....	29
2.8	GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	30
3	METODOLOGIA.....	32
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	32
3.2	INSTRUMENTOS DE PESQUISA	34
3.3	TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	36
4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1 INTRODUÇÃO

A Gestão do Conhecimento é uma área de estudo e de aplicação contemporânea mundial e aumentou em popularidade e credibilidade como pesquisa e ferramenta de gestão organizacional ao longo das últimas décadas. Karl Wiig, cientista norte-americano foi o primeiro a utilizar o termo "gestão do conhecimento", em 1986, durante conferência internacional na Suíça patrocinada pelas Nações Unidas – International labor Nation. Posteriormente, os resultados de diferentes pesquisas sobre o tema e recomendações práticas foram publicados por outros pesquisadores influentes na área, tais como: Nonaka e Takeuchi (1995), Umemoto (1996), Davenport e Prusak (1998), Bukowitz e Williams (1999), Stewart (2002), Bukowitz e Prusak (2001), Milner (2003), Stukalina (2010) e outros.

Em um cenário moderno e dinâmico em que as organizações atuam em redes de inteligência buscando novos mercados e oportunidades, a gestão do conhecimento desempenha um papel vital para o estímulo da informação e do conhecimento, favorecendo a sua própria gestão e as suas relações de integração, cooperação, compartilhamento e socialização, indispensáveis ao seu crescimento jurídico. Griffiths (2011) torna o conceito ainda mais completo, quando afirma que a gestão do conhecimento trata de coordenar o ambiente organizacional para desenvolver soluções baseada em valores que habilitam a aquisição, armazenagem, uso, partilha e criação de ativos de conhecimento organizacionais, que podem então ser aplicadas como estratégias para se atingir as necessidades de inovação da organização para permitir tomadas de decisão.

No limiar desta contemporaneidade é que se contextualizam as universidades, que vem se destacando no cenário econômico brasileiro como organizações pertencentes de muita competição e comparação na produção do conhecimento. Entretanto, em virtude das atenções estarem voltadas ao conhecimento produzido, esta pesquisa visa a compreender o que se tem trabalhado em relação à gestão do conhecimento através da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão destas próprias instituições. Afinal, como se materializa a articulação da gestão do conhecimento entre a tríade ensino, pesquisa e extensão?

Pode-se compreender por indissociabilidade a qualidade de indissociável, ou seja, aquilo que não se pode dissociar, que não é separável em partes (FERREIRA, 1986, p.938). De acordo com este conceito, o sentido da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão para universidades brasileiras são de inseparabilidade, haja vista, que essa tríade constitui o eixo fundamental e não pode ser compartimentado.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um assunto relevante no contexto do sistema universitário expresso no artigo 207 da Constituição de 1988, o qual afirma que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, Constituição, 1988).

A compreensão sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não se restringe a uma questão conceitual ou legislativa, mas fundamentalmente, paradigmática, epistemológica e político-pedagógica, pois está relacionada às suas funções socioeducacionais e à razão existencial das universidades, que se constituíram, historicamente, vinculadas às aspirações e aos projetos nacionais de educação. Como ressalta Silva (2000), as relações entre ensino, pesquisa e extensão decorrem dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel da universidade ao longo da história.

Entretanto, a natureza da gestão do conhecimento nas universidades no contexto da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão é peculiar, bem como as condições e o ambiente no qual se dão sua criação, compartilhamento e uso. Tradicionalmente, as universidades são reconhecidas como espaços de produção e compartilhamento de conhecimento científico e como local em que é oferecido o ensino superior.

Logo, a consecução da associação entre ensino, pesquisa e extensão demanda a existência de projetos institucionais que anunciem as diretrizes, tais como, projetos coletivos de trabalho associados às ações acadêmicas e administrativas, práticas de avaliação abrangendo todo o trabalho realizado pela universidade como instrumento de autoconhecimento institucional, modelos de gestão que possibilitem a

participação de todos os segmentos no processo de decisão e de avaliação do trabalho acadêmico, corpo docente com alto grau de formação científica, projetos pedagógicos vinculado aos projetos institucionais, e, principalmente, condições de infraestrutura para a realização dos projetos pretendidos.

É neste sentido que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve se materializar nas universidades, pois se caracteriza, de acordo com Rays (2003, p. 73), como “um processo multifacetado de relações e de correlações que busca unidade da teoria e da prática”.

Assim, esse contexto desperta o debate acerca da contribuição da gestão do conhecimento para as universidades no sentido de apoiar os processos socioeducacionais, ou seja, no ensino, compreender e propor melhorias aos processos de aprendizagem por parte dos estudantes, na pesquisa, compreender e propor melhorias aos processos de criação de conhecimento por parte dos investigadores e na extensão, compreender e propor melhorias aos processos de transmissão de conhecimento por parte do corpo docente.

Por fim, o desafio está na possibilidade de trazer para o momento atual da educação de ensino superior, mediante os resultados obtidos, uma análise de como acontece a materialização da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão a partir de teorias e práticas de gestão do conhecimento. Para Skyrme (2003), a mensuração dos benefícios propiciados pelas iniciativas voltadas para a gestão do conhecimento tem se tornado um dos maiores desafios da atual economia, justificando a busca pela estruturação ou, simplesmente, adoção de algum modelo que permita esta medição, um objetivo a ser alcançado por muitas organizações.

Para melhor entendimento e organização como um todo, este projeto está dividido nas seções, a seguir:

- A primeira, que se inicia neste item, envolve uma introdução geral sobre o tema apresentado de forma contextualizada, aonde o problema de pesquisa é apresentado e as questões e os objetivos que norteiam são evidenciados, além da contribuição científica;

- Na segunda trata-se da revisão bibliográfica dos temas que serão estudados neste trabalho e servirão de base para a elaboração do estudo de caso;
- A terceira apresenta a proposta dos aspectos metodológicos do trabalho;
- A quarta e última engloba o cronograma, seguidos das referências utilizadas nesta fase da pesquisa.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Este estudo se propõe a investigar a relação da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão e a gestão do conhecimento, tendo em vista às peculiaridades dos processos socioeducacionais da universidade.

Considerando o propósito apresentado, tem-se então, o problema de pesquisa: **Como analisar a gestão de conhecimento gerada a partir de atividades de ensino, pesquisa e extensão de uma universidade brasileira?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo central desta dissertação é compreender, na percepção de funcionários, alunos e professores, a relação entre ensino, pesquisa, extensão e a gestão do conhecimento de uma universidade brasileira.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Descrever e analisar como as práticas de ensino, pesquisa e extensão empreendidas por uma universidade brasileira se relaciona com gestão de conhecimento sob a visão de funcionários;
- Descrever e analisar como as práticas de ensino, pesquisa e extensão empreendidas por uma universidade brasileira se relaciona com gestão de conhecimento sob a visão de professores;

- Descrever e analisar como as práticas de ensino, pesquisa e extensão empreendidas por uma universidade brasileira se relaciona com gestão de conhecimento sob a visão de alunos;
- Analisar as diferenças e similaridades entre os funcionários, alunos e professores.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este projeto insere-se no contexto atual de preocupações oriundas de nossa sociedade em constante evolução, como consequência dos caminhos traçados para o desenvolvimento econômico, social e, particularmente sobre as transformações atuais que ocorrem nas universidades brasileiras.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1996, nos artigos 43 a 57, mostra que a educação superior tem por finalidade estimular a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento científico e reflexivo, formar profissionais em diferentes áreas do conhecimento, aptos para inserirem no mercado de trabalho, incentivar a pesquisa e a iniciação científica, bem como o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a difusão da cultura, suscitar o desejo de aperfeiçoar-se cultural e profissionalmente, propiciar o conhecimento e promover a aberta à participação de todos. Em outras palavras, Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) afirmam que a educação superior

[...] tem por finalidade formar profissionais nas diferentes áreas do saber, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos e comunicando-os por meio do ensino. Objetiva-se estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, incentivando o trabalho de pesquisa e a investigação científica e promovendo a extensão (p. 259).

A atual educação superior brasileira vem suprindo essas finalidades por meio da oferta de cursos de graduação e pós-graduação. De acordo com a pesquisa do INEP (2012) de 2001 para 2009, o percentual da população na faixa etária entre 18 e 24 anos matriculada na educação superior em relação à população nessa faixa etária subiu de 8,9% em 2001 para 14,5% em 2009. Incluindo a população nessa faixa etária já graduada, esse índice sobe para 17,2% em 2009.

Todavia, existe uma diferença percebida entre quantidade e qualidade ao acesso universitário. Embora o número de matrículas nas instituições privadas, que por meio de pesquisa, apresenta um crescimento desde a segunda metade da década passada, apenas 19% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos de idade frequentam ou já frequentaram a educação superior (IBGE, 2010). Segundo Dall'Acqua e Vitaliano (2010, p. 21), a questão da qualidade do ensino é um grande desafio no Brasil, pois ainda há um grande número de evasão nas escolas e, de acordo com os dados do INEP, um pequeno número de brasileiros possuem nível superior. Autores, como Catani et al. (2006) e Neves et al. (2007), discutem que a democratização da educação superior se restringe apenas à ampliação do acesso.

O assunto é pautado e discutido sobre como isso está ocorrendo, tendo em vista, as o crescimento desenfreado em que ensino superior apresenta atualmente. O rápido crescimento do investimento privado no por meio de grandes redes educacionais tem provocado alterações profundas no âmbito do próprio setor privado e colocado novas questões sobre o ensino superior no País. Como aponta Cavalcante (2001, p. 12), houve uma nova expansão do ensino superior no Brasil, principalmente devido às “necessidades políticas e econômicas do desenvolvimento nacional”.

A partir desse breve percurso em torno do debate sobre o trinômio indissociável e as relações com a gestão do conhecimento, pode-se compreender por que o ensino, pesquisa e extensão ainda não é uma orientação reconhecida sistematicamente pelos principais agentes na educação superior, permanecendo como uma meta a ser perseguida e, por outro lado, uma meta a ser alcançada pela sociedade.

1.4 CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA

Este trabalho contribuirá com o aprofundamento da pesquisa no tema gestão do conhecimento para o cenário educacional brasileiro, criando subsídios para que o mesmo seja ainda mais compreendido e explorado no contexto da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

A relevância desta pesquisa para as universidades é apoiar na consolidação da sua identidade institucional e, conseqüentemente, fortalecer a ação transformadora dos processos socioeducacionais com intuito de estabelecer uma relação de diálogo, qualidade e transparência dos serviços com a sociedade. O modelo universitário muitas vezes praticado na educação superior ainda é aquele próprio do momento de afirmação e consolidação do saber científico, típico de uma estrutura ainda não eminentemente dialogal (Pereira Júnior, 2005).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo visa analisar as bases teóricas para o desenvolvimento do projeto de dissertação. É importante enfatizar que serão considerados resultados de outras pesquisas empíricas e dados procedentes de observações empíricas, pois assim, obtem-se teorias fundamentadas na prática observada, que contribuirá para o direcionamento desta pesquisa, tanto da ciência, quanto dos resultados na prática a serem realizadas. Whetten (2003) afirma que a maioria dos estudiosos não formula uma teoria a partir do zero, mas trabalham na melhoria daquilo que já existe.

Portanto, é necessário conhecer o que já existe como ponto de partida para poder oferecer a contribuição desta pesquisa para o avanço da ciência. O saber clássico é o que gera uma nova concepção de mundo, ciência particular, teoria de algum fenômeno social ou da totalidade da sociedade. Ele produz novos horizontes teóricos ou científicos (VIANA, 2010).

2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR

Em 1961 é instituída a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei nº 4.024/1961. Quanto ao Ensino Superior, a lei estabelece:

Art. 66. O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário.

Art. 67. O ensino superior será ministrado em estabelecimentos, agrupados ou não em universidades, com a cooperação de institutos de pesquisa e centros de treinamento profissional (BRASIL, 1961).

A educação superior brasileira é realizada em estabelecimentos genericamente conhecidos como "instituições de ensino superior" e tem por objetivo, promover estudos, investigação, trabalhos práticos e, ocasionalmente, atividades sociais realizadas no âmbito educacional. Zaccarelli (1986, p. 86) cita que a função das instituições de ensino superior é “transformar os registros do conhecimento” em “conhecimentos disseminados e usados na sociedade”.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases, no Capítulo IV – Da Educação Superior, artigo 45, “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privada, com variados graus de abrangência ou especialização”. Nos demais artigos, entretanto, só faz referência explícita aos entes “universidades” e “instituições não-universitárias” (artigos 48, 51, 52, 53 e 54). Já o Decreto nº 2.306/97, que regulamentou a LDB, define para o sistema federal de ensino, a seguinte organização acadêmica das instituições de ensino superiores (IES) estão organizadas da seguinte forma:

- a) Universidades - compostas por instituições públicas ou privadas, seu quadro de profissionais tem formação superior, desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão.
- b) Universidades Especializadas - fazem parte IES públicas ou privadas, especializadas em um campo do saber. São desenvolvidas atividades de ensino e pesquisa e extensão, em áreas básicas e/ou aplicadas.
- c) Centros Universitários - são IES públicas ou privadas, que devem oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar.
- d) Centros Universitários Especializados - podem ser IES públicas ou privadas, que atuam numa área de conhecimento específica ou de formação profissional, devendo oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar.
- e) Faculdades Integradas e Faculdades - podem ser IES públicas ou privadas, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob o mesmo comando e regimento comum, com a finalidade de formar profissionais de nível superior, podendo ministrar cursos nos vários níveis (sequenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão) e modalidades do ensino.
- f) Institutos Superiores ou Escolas Superiores - São IES públicas ou privadas, com finalidade de ministrar cursos nos vários níveis (sequenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão).
- g) Centros de Educação Tecnológica - são instituições especializadas em educação profissional, públicas ou privadas, com a finalidade de qualificar profissionais em cursos superiores de educação tecnológica para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico em segmentos diversos. (BRASIL, 2001).

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), “educação superior” é definida como aquela que é ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, possuindo vários graus de abrangência e especialização. Tem como objetivos estimular a criação e a difusão cultural; desenvolver o espírito científico e o

pensamento reflexivo; formar, nas diferentes áreas do conhecimento, diplomados aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira; promover o desenvolvimento da ciência e tecnologia; e, desse modo, aprimorar o entendimento do homem e do meio em que este vive. (BRASIL, 2001). A Educação Superior, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 9.394/96, tem como finalidades:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Bernheim e Chauí (2008) destacam que, desde as origens, as instituições de ensino superior apresentam como metas a criação, transmissão e disseminação do conhecimento. Desta forma, se o conhecimento ocupa hoje lugar central na sociedade contemporânea, as instituições que trabalham e gerenciam o conhecimento participam também dessa centralidade. Por essa razão foi retomada a análise das relações entre a sociedade e as instituições de educação superior (BERNHEIM; CHAÚÍ, 2008).

2.2 UNIVERSIDADES

O termo universidade é do latim “*universitas*”, cujo significado se relaciona com “conjunto, universalidade, comunidade”, entretanto, o uso deste termo com o conceito de como que é empregado atualmente, tem origem na expressão “*universitas magistrorum et scholarium*”, comunidade de mestres e estudiosos, definindo a universidade como uma comunidade multidisciplinar, onde os mestres detentores do conhecimento passam os mesmos aos estudiosos em busca de aprimoramento intelectual e profissional. São as universidades que fazem hoje, a vida marchar. Nada as substitui. Nada as dispensa. Nenhuma outra instituição é tão assombradamente útil. (Teixeira, 1988)

Sob o amparo da Constituição de 1967, pela Lei nº 5.540/1968, a chamada “Reforma Universitária” que, segundo Melo (2002), tinha como objetivo a modernização das universidades. Coutinho (2009) sugere que o grande objetivo dos idealizadores da reforma é que o conceito amplo de universidade se tornasse mais importante que o conceito de escola ou faculdade – saber restrito a uma profissão. Seus três primeiros artigos praticamente repetem o texto da LDB vigente:

Art. 1º O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário.

Art. 2º O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado.

Art. 3º As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos (BRASIL, 1968).

A curiosidade neste momento da história educacional brasileira é a inclusão da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, possibilitando a execução principalmente deste último no âmbito da universidade. O crescimento da importância do conhecimento e da informação enriquece o papel das universidades, que está em processo de mudança. Vistas antes como produtoras do conhecimento passam também a ser consideradas ferramentas para o desenvolvimento regional (BEUGELSDIJK; CORNET, 2002).

A inserção da extensão como atividade obrigatória e característica das universidades, surgiu anos depois em complemento ao ensino e a pesquisa. Em decorrência da nova Constituição brasileira de 1988, iniciaram os debates acerca da necessidade de uma nova Lei de Diretrizes e Bases que se adequa-se à nova realidade do país. Assim, a Lei nº 9.394/1996, que, em seu artigo 43, estabelece também que a educação superior tem por finalidades:

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

De acordo com a Constituição Federal, as universidades devem obedecer a o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Tal exigência não existe para as outras formas institucionais de Ensino Superior, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que trata no art. 44 que ficam definidos os tipos de cursos superiores oferecidos pelas instituições, ou seja, a educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

- I. seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;
- II. de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, ou tenham sido classificados em processo seletivo;
- III. de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;
- IV. de extensão, abertos a candidatos que atendem aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Observa-se, portanto, que a legislação define que a universidade não existe de maneira isolada do ambiente educacional onde está inserida, uma vez que além do ensino, em conjunto, necessariamente terá de fazer pesquisa, ou seja, produzir novos conhecimentos e fazer extensão, que é aplicar e difundir esse conhecimento com a sociedade. “Cabe à universidade socializar seus conhecimentos, difundindo-

os à comunidade e se convertendo, assim, numa força viva capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade” (SAVIANI, 1987, p. 48).

Com base nos estudos de Botomé (1996), pode-se afirmar que o caminho mais adequado para se trabalhar a conceituação de ensino superior, pesquisa e extensão é partir do estudo da finalidade primeira, isto é, do objetivo da universidade. O autor considera que uma das crises da universidade reside no fato de que sempre se confunde seu objetivo com as atividades pelas quais ela realiza suas funções e comenta: “É como se ensino, pesquisa e extensão fossem fins (em si mesmos?) e não meios para um objetivo mais significativo e definidor da instituição.” (BOTOMÉ, 1996, p. 37)

No entendimento de Cunha (1989, p.69), “a universidade tem como objetivo a produção e a disseminação da ciência, da cultura e da tecnologia.” A partir dessa conceituação pode-se então compreender que as atividades de ensino, pesquisa e extensão são os meios pelos quais a universidade se concretiza de forma mais plena.

A universidade é uma instituição de ensino superior que compreende um conjunto de conhecimentos para a especialização profissional e científica, e tem por função precípua, garantir a conservação e o progresso nos diversos ramos do conhecimento, seja pelo ensino, pesquisa e extensão. As universidades “se propõem a desenvolver de forma integrada o ensino, a pesquisa e a extensão universitária (entendida prioritariamente na perspectiva da divulgação científica) nas suas respectivas áreas de conhecimento” (MENDONÇA, 2000, p. 139).

2.3O PRINCÍPIO DA INDISSOCIABILIDADE

O processo de consolidação das universidades brasileiras tem como meta principal, promover a total integração e melhoria do ensino superior nacional, notadamente as privadas, que trouxe à atualidade a observância do princípio da indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão, colocada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 207, o qual afirma que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao

princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, Constituição, 1988).

A compreensão sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não se restringe a uma questão conceitual ou legislativa, mas fundamentalmente, paradigmática, epistemológica e político-pedagógica, pois está relacionada às funções e à razão de ser das universidades, que se constituíram, historicamente, vinculadas às aspirações e aos projetos nacionais de educação. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão caracteriza-se, de acordo com Rays (2003, p. 73), como “um processo multifacetado de relações e de correlações que busca a unidade da teoria e da prática”, pois se constitui princípio das atividades-fins da universidade.

Pode-se compreender por indissociabilidade a qualidade de indissociável, ou seja, aquilo que não se pode dissociar, que não é separável em partes (FERREIRA, 1986, p.938). De acordo com este conceito, o sentido da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão para as universidades brasileiras são de inseparabilidade, haja vista, que essa tríade constitui o eixo fundamental e não pode ser compartimentado.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a auto-reflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico. A concretização deste princípio supõe a realização de projetos coletivos de trabalho que se referencie na avaliação institucional, no planejamento das ações institucionais e na avaliação que leve em conta o interesse da maioria da sociedade. (ANDES, 2003, p. 30)

Contudo, o que tem sido observado nos últimos anos é o afastamento entre esses eixos, provocando o distanciamento dessas três abordagens. Um dos fundamentos dessa realidade é o nível de especialização dos docentes dentro das universidades. Quanto mais instruído, um professor de nível superior tende a verter para o ensino, para a pesquisa ou para a extensão. O que tem se observado na prática é que a qualificação e a instrução elevada do docente fazem-no se afastar do ensino e extensão na graduação e se dedicar à pesquisa na pós-graduação, ou seja, essas

atividades são postas como se não pudessem co-existir, nem tampouco serem integradas umas às outras. (DIAS, 2009, p.41).

Outro fator que pode ser apontado é que, pelo atual crescimento econômico e pela aceleração dos investimentos em mais universidades particulares no mercado, por exemplo, os docentes não possuem recursos nem apoio institucional, além da dificuldade em relação ao tempo, tendo em vista a elevada carga de trabalho e responsabilidades que alguns professores assumem para desenvolverem a pesquisa, o ensino e a extensão conjuntamente, obrigando-os a ter que optar por um desses eixos. E, diante disso, grande parte dos professores opta pela pesquisa, pelo status que tem dentro da universidade e na comunidade. Como ressalta Silva (2000), as relações entre ensino, pesquisa e extensão decorrem dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel da universidade ao longo da história.

Ainda sob essa perspectiva, Maciel & Mazzilli (2010, p.13) apontaram que há uma “baixa incidência da possibilidade de práticas efetivas da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão na universidade brasileira”, tendo em vista que aos docentes é oportunizada a pouca associação entre as atividades da graduação e pós-graduação com a condução e ações de pesquisa e extensão, sob os pontos de vista ditos acima.

É neste contexto e diante de alguns desafios que se coloca a gestão do conhecimento como forma de compreender a falta desta materialização. Castro (2004) mostra que a história da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão têm como pano de fundo, a história das relações entre conhecimento científico e demandas sociais. Historicamente, o conhecimento científico tornou-se uma forma de conhecimento privilegiada, pela grande importância que adquiriu para a vida das sociedades contemporâneas. Segundo Santos (2004, p. 17), é possível dizer que,

[...] desde sempre, as formas privilegiadas de conhecimento, quaisquer que elas tenham sido, num dado momento histórico e numa dada sociedade, foram objeto de debate sobre a sua natureza, as suas potencialidades, os seus limites e o seu contributo para o bem-estar da sociedade.

Mediante as particularidades que caracterizam cada uma das três funções universitárias, a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão se caracteriza como um catalisador do conhecimento “pluriversitário”, que permite, conforme Santos (2004, p. 31), “a inserção da universidade na sociedade e a inserção desta na universidade”. Logo, a indissociabilidade pode ser entendida como um princípio orientador da universidade nascido sob o influxo dos debates que estabelecem o lugar da universidade no seio da sociedade em geral, recebendo, daí, uma nítida influência daquela terceira tendência sugerida por Pereira Júnior (2005), a de um conhecimento científico em diálogo permanente com as demandas sociais.

2.4 ENSINO SUPERIOR

Por meio do ensino superior é que o educando se interage com o mundo através do conhecimento adquirido, e além de um ambiente educacional de graduação, é imprescindível o seu envolvimento na aprendizagem profissional. Assim, o ensino superior é aquele que desencadeia conhecimento capaz de transformar a atuação do indivíduo como ser social. “convergência e articulação equilibrada entre as dimensões científica, investigativa e pedagógica” (PIMENTA e ALMEIDA, 2012, p. 24).

É possível dizer que o ensino é uma forma privilegiada de acesso ao conhecimento profissional, uma vez que, por meio dele, o melhor e mais recente conhecimento pode ser transformado em comportamentos sociais, de maneira generalizada. Para Botomé (2006, p.123), o objetivo da universidade é “produzir o conhecimento e torná-lo acessível”. O autor afirma que “o ensino é uma forma de efetivar esse acesso”.

O Estatuto das Universidades Brasileiras dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá ao sistema universitário, como reza seu artigo primeiro:

O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades

universitárias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.

2.5 PESQUISA

A pesquisa universitária é a que melhor estabelece integrações entre o desempenho científico e técnico dos educandos, além das sutilezas em sua vida profissional. A produção acadêmica é o seu produto supremo e está vinculado aos conhecimentos tácito e explícito. O conhecimento tácito, por sua vez, refere-se ao que pode ser entendido como o conhecimento ou habilidade que pode ser passada entre cientistas por contatos pessoais, mas não pode ser exposto ou passado em fórmulas, diagramas, descrições verbais ou instruções para ação (COLLINS, 2001).

Por meio da pesquisa, gerar, promover e compartilhar conhecimentos são características essenciais do ensino superior. No âmbito da universidade, desenvolvem-se pesquisas científicas e tecnológicas, estudos acadêmicos em ciências sociais, humanas, biológicas, exatas, entre outras. (UMESP, 2002).

O destaque na produção acadêmica constitui de uma forte motivação e liberdade para que a iniciativa individual se proponha, principalmente, para a obtenção de resultados científicos importantes para a vida profissional, social e da ciência em geral. O foco na motivação e liberdade na produção individual constitui um dos mecanismos mais importantes de controle da atividade científica. Controle que parece estar muito mais presente no próprio ambiente universitário do que fora dele. (SCHWARTZMAN, 1988).

2.6 EXTENSÃO

A busca de relevância para o conhecimento produzido e compartilhado pela instituição de educação superior aporta com segurança nas atividades de extensão. O objetivo da extensão é o elo da universidade com a sociedade, resultado das atividades de ensino e pesquisa, reafirmando assim o compromisso social das instituições de ensino superior, concretizando a promoção e garantia do desenvolvimento social, bem como os anseios da comunidade. No Brasil, o termo

extensão aparece no Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851, 11/04/31), em seu art. 35:

“f) cursos de extensão universitária, destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários” (BRASIL, 2001).

As ações promovidas pela extensão universitária objetivam o acesso da comunidade aos saberes científicos, filosóficos, culturais e tecnológicos, que confere um caráter dialógico à relação entre as duas. Cavalcante (2002, p. 18) menciona que o “processo educativo, cultural e científico, articulado de forma indissociável ao Ensino e à Pesquisa e que viabiliza uma relação transformadora entre universidade e sociedade.”

A extensão, por sua vez, significa a articulação da universidade com a sociedade com o objetivo de que o conhecimento novo que ela produz pela pesquisa e difunde pelo ensino não fique restrito aos seus muros (SAVIANI, 1987).

2.6.1 IMPACTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Estabelecimento de uma relação entre a universidade e outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa diretriz consolida a orientação para cada ação da extensão universitária: frente à complexidade e a diversidade da realidade, é necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social. Definida a questão, é preciso estudá-la em todos seus detalhes, formular soluções, declarar o compromisso pessoal e institucional pela mudança e atuar. Freire (1980) propõe uma educação popular a qual tem por princípio a libertação dos indivíduos que, por meio de um desenvolvimento da consciência, passam a atingir um nível de criticidade e ação diferenciada.

2.6.2 INTERAÇÃO DIALÓGICA

Desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão. Barreiro (1980) declara que a educação popular é claramente compreendida hoje como um instrumento de contribuição imediata a uma efetiva participação popular em processos de transformação da sociedade, cada vez mais próximas de projetos realistas de participação nas transformações sociais. Kunsch (1992) destaca a universidade por suas próprias finalidades, exercendo um papel de fundamental importância na construção da sociedade moderna.

2.70 CONHECIMENTO

O conhecimento é o produto de informações processadas sob a influência de fatores diversos (método, linguagem, fatores psicológicos, sociais e outros conhecimentos já acumulados), informações que advêm de dados percebidos no ambiente sob e através da influência destes fatores de percepção e processamento (CHERUBINI NETO, 2002).

O conhecimento é a saída de um sistema composto por sujeito cognoscente, fatores intrínsecos a este sujeito e processos (mentais lógicos e não lógicos). É um sistema que busca a entrada (dados) no ambiente, tendo como subproduto a informação, e no qual todos estes elementos influenciam-se, interagem e se interrelacionam (CHERUBINI NETO, 2002; MARODIN, 2004; MARODIN e VARGAS, 2004).

O conhecimento pode ser definido como sendo uma combinação de instintos, idéias, informações, regras e procedimentos que guiam decisões e ações. É resultado de um processo de aprendizado, o que significa que pode ser utilizado para resolver problemas ou criar novos paradigmas pessoais. Nas organizações, o conhecimento é instrumentado e constituído por rotinas, processos, práticas e normas, além de documentos e experiências pessoais (SANTOS, 2001; SILVA et al., 2003).

2.7.1 A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Tartuce (2006, p. 5) convida-nos a refletir sobre o conceito de conhecimento como ponto de partida para entendermos como se dá a construção do conhecimento:

[...] o conhecimento pode ser definido como sendo a manifestação da consciência de conhecer. O conhecimento é um processo dinâmico e inacabado, serve como referencial para a pesquisa tanto qualitativa como quantitativa das relações sociais, como forma de busca de conhecimentos próprios das ciências exatas e experimentais. Portanto, o conhecimento e o saber são essenciais e existenciais no homem, ocorre entre todos os povos, independentemente de raça, crença, porquanto no homem o desejo de saber é inato. As diversificações na busca do saber e do conhecimento, segundo caracteres e potenciais humanos, originaram contingentes teóricos e práticos diferentes a serem destacados em níveis e espécies. O homem, em seu ato de conhecer, conhece a realidade vivencial, porque se os fenômenos agem sobre os seus sentidos, ele também pode agir sobre os fatos, adquirindo uma experiência pluridimensional do universo. De acordo com o movimento que orienta e organiza a atividade humana, conhecer, agir, aprender e outros conhecimentos, se dão em níveis diferenciados de apreensão da realidade, embora estejam inter-relacionados. Atualmente têm-se como pressuposto que, para que ocorra a construção do conhecimento, há que se estabelecer uma relação entre o sujeito e o objeto de conhecimento.

Todos os sujeitos participantes, seja investigador e investigado, influenciam na construção do conhecimento. Minayo (2010, p. 12) pontua que:

[...] o objeto de estudo das ciências sociais é histórico. Isto significa que cada sociedade humana existe e se constrói num determinado espaço e se organiza de forma particular e diferente de outras. Por sua vez, todas as que vivenciam a mesma época histórica tem alguns traços comuns, dado o fato de que vivemos num mundo marcado pelo influxo das comunicações. Igualmente, as sociedades vivem o presente marcado por seu passado e é com tais determinações que constroem seu futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo.

De acordo com as citações, a construção do conhecimento assume um pressuposto de que todo conhecimento humano reporta a um ponto de vista e a um lugar social,

compreendendo quatro os pontos principais da busca do conhecimento: conhecimento empírico; conhecimento filosófico; conhecimento científico e o conhecimento teológico.

De acordo com Fonseca (2002, p. 10),

[...] o conhecimento, dependendo da forma pela qual se chega a essa representação, pode ser classificado de popular (senso comum), teológico, mítico, filosófico e científico.

2.7.2 CONHECIMENTO EMPÍRICO

É o conhecimento que adquirimos no cotidiano, por meio de nossas experiências. É construído por meio de tentativas e erros num agrupamento de ideias. É caracterizado pelo senso comum, pela forma espontânea e direta de compreender as coisas. Tartuce (2006, p. 6) traz alguns elementos relacionados a esse tipo de conhecimento:

É o conhecimento obtido ao acaso, após inúmeras tentativas, ou seja, o conhecimento adquirido através de ações não planejadas. É o conhecimento do dia a dia, que se obtém pela experiência cotidiana. É espontâneo, focalista, sendo por isso considerado incompleto, carente de objetividade. Ocorre por meio do relacionamento diário do homem com as coisas. Não há a intenção e a preocupação de atingir o que o objeto contém além das aparências.

2.7.3 CONHECIMENTO FILOSÓFICO

A palavra filosofia foi introduzida por Pitágoras, composta, em grego, *dephilos*, “amigo”, e *sophia*, “sabedoria”. Quanto à conceituação de Filosofia, Tartuce (2006, p. 6) destaca:

[...] filosofia é a fonte de todas as áreas do conhecimento humano, e todas as ciências não só dependem dela, como nela se incluem. É ciência das primeiras causas e princípios.

O Conhecimento Filosófico procura conhecer as causas reais dos fenômenos, não as causas próximas como as ciências particulares. Procura conhecer, também, as

causas profundas e remotas de todas as coisas e, para elas, respostas. O conhecimento filosófico é caracterizado pelo esforço da razão para questionar os problemas humanos e poder discernir entre certo e o errado, unicamente recorrendo às luzes da própria razão humana (TARTUCE, 2006, p. 6).

2.7.4 CONHECIMENTO TEOLÓGICO

É o conhecimento revelado pela fé divina ou crença religiosa. Não pode, por sua origem, ser confirmado ou negado. Depende da formação moral e das crenças de cada indivíduo. Exemplos: acreditar que alguém foi curado por um milagre; acreditar em Deus; acreditar em reencarnação; acreditar em espírito, etc. O conhecimento teológico é fundamentado exclusivamente na fé humana e desprovido de método. É alcançado através da crença na existência de entes divinos e superiores que controlam a vida e o universo. Resulta do acúmulo de revelações transmitidas oralmente ou por inscrições imutáveis e procura dar respostas às questões que não sejam inteligíveis às outras esferas de conhecimento. Exemplos são os textos sagrados, tais como a Bíblia, o Alcorão (o livro sagrado do islamismo), as Escrituras de Nitiren Daishonin (monge budista do Japão do século XIII que fundou o budismo Nitiren), entre outros. “Hoje, diferentemente do passado histórico, a ciência não se permite ser subjugada às influências de doutrinas da fé: e quem está procurando rever seus dogmas e reformulá-los para não se opor à mentalidade científica do homem contemporâneo é a Teologia” (João Ruiz, 1995).

2.7.5 CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Diante das inúmeras formas de conhecimento, o que é afinal conhecimento científico?

Explicita ainda Fonseca (2002, p. 11):

O conhecimento científico é produzido pela investigação científica, através de seus métodos. Resultante do aprimoramento do senso comum, o conhecimento científico tem sua origem nos seus procedimentos de verificação baseados na metodologia científica. É um conhecimento objetivo, metódico, passível de demonstração e comprovação. O método científico permite a elaboração conceitual da realidade

que se deseja verdadeira e impessoal, passível de ser submetida a testes de falseabilidade. Contudo, o conhecimento científico apresenta um caráter provisório, uma vez que pode ser continuamente testado, enriquecido e reformulado. Para que tal possa acontecer, deve ser de domínio público.

Minayo & Minayo-Gómez (2003, p.118) nos fazem a esse respeito três considerações importantes:

1) Não há nenhum método melhor do que o outro, o método, “caminhado pensamento”, ou seja, o bom método será sempre aquele capaz de conduzir o investigador a alcançar as respostas para suas perguntas, ou dizendo de outra forma, a desenvolver seu objeto, explicá-lo ou compreendê-lo, dependendo de sua proposta (adequação do método ao problema de pesquisa);

2) Os números (uma das formas explicativas da realidade) são uma linguagem, assim como as categorias empíricas na abordagem qualitativa o são e cada abordagem pode ter seu espaço específico e adequado;

3) Entendendo que a questão central da cientificidade de cada uma delas é de outra ordem [...] a qualidade, tanto quantitativa quanto qualitativa depende da pertinência, relevância e uso adequado de todos os instrumentos.

Sobre a construção do conhecimento científico, Trigueiro (1985 p. 425) afirma que o objeto científico é produzido na passagem das noções, dados, informações até o conhecimento propriamente dito. A isto, segundo o autor, é agregado, no caso de a ciência estar constituída, o recurso do corpo teórico existente. Uma ciência avança dentro desse processo complexo e não de forma isolada e fragmentária.

Neste sentido, um novo conhecimento científico é criado a partir de um processo de interação social entre cientistas que, por sua vez, permite a relação dinâmica entre o conhecimento científico tácito e explícito.

A parcela do conhecimento tácito científico suscetível de explicitação (ou codificação) corresponde ao conhecimento científico explícito, e pode ser transferido pelos meios formais de comunicação, ou seja, formalizado em publicações científicas (livros, artigos de periódicos, anais de congressos, etc). Sobre a codificação do conhecimento para sua transferência, Roberts (2000, p.4) salienta

que convém ter sempre presente que a extensão em que o conhecimento pode ser facilmente transferido depende da medida em que a codificação processa e captura com sucesso a essência do conhecimento a ser transferido.

2.7.6 CONHECIMENTO TÁCITO

Na definição de Polanyi (1962) o conhecimento tácito é um conhecimento não-verbalizável, intuitivo e não-articulável. Conforme Nonaka e Takeuchi (1994) e Polanyi (1962, 1966), o conhecimento tácito é adquirido por experiência de colaboração e torna-se difícil de articular, de formalizar e comunicar. Não pode ser comunicado diretamente de maneira codificada. Esta última trata de uma experiência direta, que não é confiável por intermédio de objetos trabalhados (BODER e BOUTELITANE, 2005).

Assim, Leonard e Sensiper (1998) explicam que o conhecimento tácito está ocultando-se, tornando-se cada vez mais intangível, subjetivo e espontâneo. O conhecimento tácito se elevou muito, das próprias experiências e provém diretamente do inconsciente ou do subconsciente (BODER e BOUTELITANE, 2005).

2.7.7 CONHECIMENTO EXPLÍCITO

O conhecimento explícito é o conhecimento capturado por um código ou linguagem que facilitam a comunicação. O conhecimento explícito implica o “saber-fazer” transmissível em uma linguagem formal e sistemática, que exige experiência direta do conhecimento (HALL e ANDRIANI, 2003, apud BODER e BOUTELITANE, 2005).

O conhecimento pode ser formalmente articulado ou codificado, mais facilmente transferido ou dividido, objetivo e acessível. No entanto, de acordo com Scarbrough et al. (2000), a gestão do conhecimento que se concentra na criação de estruturas de redes para transferir o conhecimento será severamente limitada em termos de contribuição à inovação. Supondo-se que se uma organização queira melhorar sua performance em termos de inovação, esta precisa privilegiar o conhecimento tácito, que é dificilmente transferível através de redes. É por isso que os autores se interessam pelo conhecimento tácito, com objetivo de demonstrar em que modo o

conhecimento tácito pode ser visto como uma fonte de inovação (BODER e BOUTELITANE, 2005).

2.8 GESTÃO DO CONHECIMENTO

A gestão do conhecimento considera a identificação do conhecimento relevante e está necessariamente ligado à estratégia empresarial que deverá assentar nas competências vitais da empresa para cuja sustentação e renovação esse conhecimento tem de contribuir (NICOLAU, 2002).

A gestão do conhecimento é um processo dinâmico, articulado e intencional, destinado a sustentar ou a promover o desempenho global das organizações, com base no conhecimento. É uma maneira fundamentalmente nova de analisar as organizações, sendo parte integrante do planeamento e do pensamento estratégico. Desta forma para Leite e Silva (2004), a gestão do conhecimento é um processo contínuo e cíclico por sua própria natureza.

Na gestão do conhecimento também é necessária a transformação do conhecimento tácito em explícito, o que significa um esforço de tornar perceptível de forma organizada o conhecimento adquirido com a experiência, (NICOLAU, 2002).

O conceito de gestão do conhecimento está relacionado ao planeamento e controle de ações (políticas, mecanismos, ferramentas, estratégias e outros) que governam o fluxo do conhecimento, em sua vertente explícita, e, para isso, englobam práticas da gestão da informação, e sua vertente tácita. O planeamento e controle de ações pressupõem a identificação, aquisição, armazenagem, compartilhamento, criação e uso do conhecimento tácito e explícito, com o fim de maximizar os processos organizacionais em qualquer contexto. Nesse sentido, Tarapanoff (2001) define a gestão do conhecimento como os “processos sistemáticos, articulados e intencionais, apoiados na identificação, geração, compartilhamento e aplicação do conhecimento organizacional, com objetivo de maximizar a eficiência e o retorno sobre os ativos de conhecimento da organização”.

Davenport e Prusak (1998) afirmam que gestão do conhecimento é a “forma de codificar o conhecimento existente e disponível na organização a fim de torná-lo acessível àqueles que precisam dele, através de um conjunto de funções e qualificações para desempenhar o trabalho de aprender, distribuir e usar o conhecimento”.

Para Terra (2001) as empresas que focam sua gestão na criação, aquisição e compartilhamento do conhecimento têm maiores possibilidades de alcançar bons resultados. Para o autor, gestão do conhecimento não é meramente uma coletânea de projetos, mas uma nova forma de entender os desafios empresariais das organizações. Já para Grotto (2002, p. 116), “compartilhamento do conhecimento é o processo de partilhar conhecimentos tácitos e explícitos por meio de práticas formais e informais”. Desta forma as práticas diferem de uma organização para outra, pois são utilizadas e enfocadas as consideradas mais eficientes.

Um entendimento simples e interessante é dado por Teixeira Filho (2000), em que a gestão do conhecimento pode ser vista como “uma coleção de processos que governa a criação, disseminação e utilização do conhecimento para atingir plenamente os objetivos da organização”.

A gestão do conhecimento tem duas dimensões, a mensuração do conhecimento e o gerenciamento do conhecimento. Em termos de mensuração do conhecimento, o enfoque é nos valores “intangíveis”, que podem garantir a sobrevivência das empresas e gerar vantagens competitivas. Assim, preocupa-se com o desenvolvimento de sistemas capazes de medir os intangíveis, tornando públicos os resultados (LIMA e GOSLING, 2005). Em termos de gerenciamento, o enfoque é alcançar as melhores práticas de gestão. Assim, existem “gerentes do conhecimento”, responsáveis por manter uma “base de dados de conhecimento”, catalogando e formatando documentos e experiências, além de apagar o que se torna obsoleto (LIMA e GOSLING, 2005).

3 METODOLOGIA

Esta seção propõe-se a tratar os princípios fundamentais da pesquisa científica deste projeto.

Para Fonseca (2002), *metodos* significa organização, estudo sistemático, pesquisa, investigação, ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

Minayo (2007, p. 44) define metodologia de forma abrangente e concomitante

- a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer;
- b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação;
- c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.

Segundo Gil (2007, p. 17), pesquisa é definida como o

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa será descritiva-comparativa, pois será realizada com funcionários administrativos, professores e alunos de uma universidade brasileira. Pretende-se identificar, compreender e comparar aspectos individuais e de gestão presente na universidade como proposto por Paiva (1999).

A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Tendo o modelo proposto por Paiva (1999) como referência, o enfoque desta pesquisa pode ser classificado como qualitativo, pois visa compreender as relações entre ensino, pesquisa, extensão e a gestão do conhecimento (RICHARDSON, 1999; COZBY, 2003).

De acordo com Demo (2002) o objetivo de uma pesquisa qualitativa é compreender aspectos dos fenômenos envolvidos. Desta forma, Patton (1986) afirma que os pesquisadores que utilizam métodos qualitativos possuem três características importantes:

- Visão Holística - procuram entender o fenômeno e as situações em seu conjunto, considerando que este todo é maior que a soma das partes tomadas individualmente. Além disso, consideram que a descrição e o entendimento do contexto onde o fenômeno ocorreu é crucial.
- Abordagem Indutiva - buscam compreender os múltiplos inter-relacionamentos entre as dimensões que surgem dos dados sem fazer suposições a priori sobre tais relações.
- Investigação Naturalística - não tentam manipular o ambiente pesquisado, mas compreender o fenômeno no contexto onde ocorre naturalmente

“Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA e MENEZES, 2001, p. 20).

Por fim, tendo em vista a natureza do problema e o objetivo a ser pesquisado, este projeto adotará abordagem qualitativa. Esta, segundo Richardson *et al.* (1989), justifica-se principalmente, quando se procura entender a natureza de determinado fenômeno social, neste caso, compreender, na percepção de funcionários, alunos e

professores, a relação entre ensino, pesquisa, extensão e a gestão do conhecimento de uma universidade brasileira.

3.2 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Uma vez identificados os elementos-chave e as delimitações do problema de pesquisa, será realizado utilizando os instrumentos com objetivo de realizar a coleta sistemática de informações, o qual se pretende usar diversos instrumentos de pesquisa de acordo com os sujeitos e suas tipificações:

- 1) **Pesquisa bibliográfica:** de natureza secundária, visa apoiar e servir de base para fundamentação teórica deste estudo.

Pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas a serem analisadas, publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

- 2) **Análise documental:** de natureza secundária, visa a fortalecer a pesquisa bibliográfica sobre as atividades empreendidas na universidade.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

- 3) **Pesquisa de campo:** de natureza primária, visa apoiar a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Para tanto, será utilizado entrevistas

estruturadas e semi-estruturadas com os agentes de atividades de ensino, pesquisa e extensão, como uma forma de complementar as coletas de dados.

A entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo.

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (FONSECA, 2002).

A entrevista semi-estruturada combinará perguntas abertas e fechadas, onde o informante terá a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. A entrevista estruturada será elaborada mediante questionário totalmente estruturado, ou seja, as perguntas serão previamente formuladas com intuito de possibilitar comparação com conjunto entrevistado. A entrevista é um método de coleta de dados que se caracteriza por um contato direto entre o pesquisador e os seus interlocutores onde, através de um conjunto de questões, enunciadas de forma planejada, se alcançam determinadas informações. Dependendo das questões apresentarem formas abertas ou fechadas, as entrevistas podem ser encaminhadas com uma maior ou menor diretividade na busca das informações (Rudio, 1986, p. 91-2).

A primeira fase da entrevista será realizada com os funcionários administrativos, incluindo o corpo diretivo, visando obter subsídios da instituição com a utilização de roteiro semi-estruturado. Para outra fase da pesquisa serão envolvidos alunos e professores com roteiro estruturado a ser desenvolvido a partir da segunda fase da pesquisa.

- 4) **Observação direta:** de natureza primária, o fenômeno pesquisado permite a observação

Yin (1984, p. 85) destaca que, quando se assume que o fenômeno pesquisado não apresenta um interesse puramente histórico, as condições comportamentais e ambientais tornam-se relevantes, ressaltando a importância da observação direta.

Portanto, além das colocações anteriores, a opção pela observação direta no estudo proposto pode ser também justificada, quando se considera a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é parte fundamental do referencial teórico, posto que a análise de sua materialização seja essencial a observação da atividade desenvolvida no trabalho. Neste sentido, a observação direta pretende ser executada utilizando como roteiro o formulário construído para a definição dos indicadores das variáveis analisadas. Assim, para cada dimensão colocada será alocadas, a partir da observação direta, as informações necessárias para atender a cada um dos indicadores.

Para Quivy *et all* (1992, 197-9) a observação direta apresenta o objetivo de captar os comportamentos no momento em que os mesmos se produzem e em si mesmos, sem a mediação de documentos ou testemunhos posteriores. Esta vantagem, aliada à espontaneidade de coleta de um material não suscitado pelo pesquisador e a autenticidade relativa dos acontecimentos em comparação com palavras e escritos, embasa a importância da utilização deste instrumento.

3.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Para Yin (1984, p. 99-100) a análise de dados consiste em examinar, categorizar, tabular e, muitas vezes, recombina as evidências no sentido de atender às proposições iniciais do estudo. Sugere, especificamente para estudos de caso, que esta fase seja baseada na releitura das proposições teóricas, seguida pelo desenvolvimento da descrição do caso estudado para, no confronto entre as realidades teóricas e práticas, proceder às conclusões cabíveis.

Quivy *et all* (1992, p. 211-32) asseveram que esta fase comporta três operações, que serão assumidas por este estudo. A primeira operação consiste em descrever os dados, equivalendo a apresentá-los, agregados ou não, na forma exigida pelas variáveis e dimensões anteriormente definidas, de maneira que as características destas variáveis sejam claramente evidenciadas na descrição.

A segunda operação refere-se à medição das relações entre as variáveis e dimensões, em conformidade com o encontrado nas hipóteses e no referencial teórico. A terceira operação representa a comparação das relações observadas com as relações teoricamente esperadas levando, então, à busca do significado das diferenças encontradas.

Assim, as técnicas propostas para analisar os dados são: análise documental para os dados secundários (documentos) e análise de conteúdo para dados coletados pelo questionário.

É possível também, verificar algumas análises de natureza quantitativa baseada em estatística descritiva simples como a média e desvio padrão para caracterização dos respondentes e análise das informações obtidas na coleta de dados primários.

Como Bardin (2004, p. 38) destaca, a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Para facilitar a análise das informações pode-se utilizar software de análise como o “ATLASTI” após a transcrição das respostas e/ou digitação das opções escolhidas pelos sujeitos de pesquisa.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – **ANDES**. Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira. nº 2, 3ª ed. atual. e rev. Brasília/DF, 2003.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: edições 70, 1994.

BARREIRO, Julio. **Educação popular e conscientização**. Trad de Carlos Rodrigues Brandão. Petrópolis: Vozes, 1980. 188p

BARRETO, A. A. Padrões de assimilação da informação. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I.L. (Org). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, p. 53-99.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann; CHAUÍ, Marilena de Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior**. Brasília: UNESCO, 2008.

BEUGELSDIJK, Sjoerd; CORNET, Maarten. **‘A Far Friend is Worth More than a Good Neighbour’: Proximity and Innovation in a Small Country**. Journal of Management and Governance, v. 6, n. 2, p. 169-188, 2002.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 08 abr. 2010.

BUKOWITZ, Wendy R.; WILLIAMS, Ruth L. **Manual de gestão do conhecimento**. São Paulo: Bookman, 2002.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. PROUNI: **democratização do acesso às instituições de ensino superior?** Educar em Revista, Curitiba, n. 28, p. 125-140, dez. 2006.

CAVALCANTE, J. **Evolução do ensino Superior-graduação – 1980/1998**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 242 p.

CHERUBINI NETO, Reinaldo. **O que é Conhecimento? Sintetizando Epistemologia, Metodologia e Teoria de Sistemas em uma nova proposição.** READ – Revista Eletrônica de Administração da UFRGS, v.8 n.1, 2002.

COUTINHO, Gledson Luiz. **Administração universitária: a reforma de 1968 – nem completamente entendida, nem completamente implantada.** Belo Horizonte: Edição do autor, 2009.

COLLINS, H. M. **Tacit knowledge, trust and the Q of sapphire.** *Social Studies of Science*, n. 31, p.71-85, 2001.

CUNHA, L.A. **Qual universidade?** São Paulo: Cortez, 1989.

DALL'ACQUA, Maria Júlia Canazza (org.) ; VITALIANO, Célia Regina. **Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades especiais.** Londrina: EDUEL, 2010.

DAVENPORT, T. H.; DE LONG, D. W.; BEERS, M. C. **Successful knowledge management projects.** *Sloan Management Review*, v.39, p.43-57, 1998.

DAVENPORT, Thomas; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

DIAS, Ana Maria Iori. **Discutindo Caminhos Para a Indissociabilidade Entre Ensino, Pesquisa e Extensão.** *Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física*, vol. 1, n. 1, p.37-52, Agosto/2009. Disponível em: <<http://www.facec.edu.br/seer/index.php/docenciaepesquisaeducacaofisica/article/viewFile/82/139>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

FAVERO, M. de L. **Autonomia universitária mais uma vez: subsídios para o debate.** In: SGUISSARDI, V. (Org.). **Educação superior: velhos e novos desafios.** São Paulo: Xamã, 2000.

FERREIRA, Aurélio B de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica.** Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

FONSECA, João José Saraiva. **Referências para a elaboração de um artigo de pesquisa.** Disponível em: < <http://www.slideshare.net/joaojosefonseca/referencias-para-a-elaboracao-de-um-artigo-de-pesquisa>> Acesso em 24 maio 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 41 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Coleção Leitura.

GHEDIN, E. ; FRANCO, M.A.S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 207 p.

GRIFFITH, B. C. Ed. (1980). **Key papers in information science**. New York: Knowledge Industu Publ. In: CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação, 2003, disponível em http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em 10 Nov. 2010.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 177p.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo técnico: Censo da educação superior de 2009. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2010. 37 p.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo técnico: Censo da educação superior de 2010. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012. 85 p.

IVES, W., TORREY, B., GORDON, C. **Knowledge management**: an emerging discipline with a long history. *Journal of Knowledge Management*, v. 1, n. 4, 1998.p. 269-274. Disponível em http://www.krii.com/downloads/km_emerg_discipl.pdf

KARL M. Wiig, (1997) "**Knowledge Management: An Introduction and Perspective**", *Journal of Knowledge Management*, Vol. 1, pp.6 – 14.

KUNSCH, Margarida M.K. **Universidade e Comunicação na Edificação da Sociedade**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KISNERMAN, Natálio. **Temas de Serviço Social**. São Paulo, Cortez e Moraes, 1976.

KVALE, S. **Interviews: an introduction to qualitative research interviewing**. Thousand Oaks, Sage Publications, 1996.

LEITE, F. C. L., COSTA, S. M. S. Repositórios institucionais sob a perspectiva da gestão do conhecimento científico. **Anais...1ª Conferência Ibero-Americana de Publicações Eletrônicas no Contexto da Comunicação Científica – CIPECC**.

Brasília, 2006. Disponível em <http://portal.cid.unb.br/CIPECCbr/> Acessado em Abril de 2006.

LIMA, Ana Catarina Silva, GOSLING, Marlusa. “A espiral do conhecimento: uma experiência em processo de desenvolvimento de software dentro da universidade.” **Revista eletrônica de administração**. 45 ed. Disponível em: <http://www.read.ea.ufrgs.br/edicoes/pdf/artigo_333.zip>. vol. 11, n. 3, mai.-jun./05. 2005. Acesso em: 29 abr. 2006.

MACIEL, A. S.; MAZZILLI, S. **Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: Percursos de um Princípio Constitucional**. In: 33ª Reunião Anual da ANPED, 2010, Caxambú - MG. Educação no Brasil: o balanço de uma década, 2010. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/Indissociabilidade.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

MANCIBO, Deise. **Reforma da Educação Superior**: o debate sobre a igualdade no acesso. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira; MOROSINI, Marília (Organizadores). **Educação Superior no Brasil: 10 anos Pós-LDB**. Brasília-DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

MELO, Pedro Antônio. **A cooperação universidade/empresa nas universidades públicas brasileiras**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis, 2002. 332 f.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A regra e o jogo – Democracia e patrimonialismo na educação brasileira**, Ed. FE/UNICAMP, 2000, Campinas/SP.

MILNER, Jean-Claude. **Reflexões sobre a referência e a correferência**. In: CAVALCANTE, Mônica M.; RODRIGUES, Bernadete B.; CIULLA, Alena. Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003. p.85-126.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NONAKA, Ikujiro e TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação do Conhecimento na Empresa**: como as empresas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NONAKA, I.; UMEMOTO, K.; SENOO, D. **From information processing to knowledge creation: a paradigm shift in business management**. Technology in Society, v. 18, n.2, p.203-218, 1996.

PAIVA, Aerton, “**Organizações empresariais celulares**”, São Paulo: Makron Books, 1999.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo. **A universidade pública e os desafios do desenvolvimento**. La Insígnia: Brasil, 13 jan. 2005. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2005/enero/cul_040.htm>. Acesso em: 18 maio 2007.

PIMENTA, Selma. ANASTASIOU, Léa. Docência no ensino superior. **Coleção Docência em Formação**. Vol1. São Paulo: Cortez, 2002.

RAYS, Oswaldo Alonso. **Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade**. Revista Cadernos de Educação Especial, n. 21, 2003, p. 71- 85.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética na Docência Universitária: a caminho de uma universidade pedagógica** In PIMENTA, Selma Garrido, ALMEIDA, Maria Isabel de (Orgs.). Pedagogia Universitária: caminhos para a formação de professores. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSSATTO, M. A. **Gestão do conhecimento: a busca da humanização, transparência, socialização e valorização do intangível**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 757-776.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1985. Tendências e correntes da educação no Brasil. In: MENDES, Durmeval Tri gueiro (Coord.). Filosofia da educação brasileira. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. p.19-47.

Schwartzman, S., 1988 - "**Brazil: Opportunity and Crisis in Higher Education**," Higher Education, 17, 1 (99-119).

SKYRME, D. J. **Measuring the value of knowledge: metrics for the knowledge-based business**. 2003. Disponível em: <<http://www.skyrme.com>>. Acesso em: 03 mar. 2006.

SILVA, Maria das Graças. Universidade e sociedade: **cenário da extensão universitária?** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., Caxambu, 2000. Anais... Caxambu: ANPED, 2000. Disponível em: <<http://www2.uerj.br/~anped11>>. Acesso em: 20 abr. 2005.

STEWART, Thomas A. **Capital intelectual**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

STUKALINA, Yulia. **Using quality management procedures in education: manging the learner-center educational environment**. Baltic Journal on Sustainability, [S.l.], v.1, n.16, p. 75-93, 2010.

TEIXEIRA, A.S. **A Universidade de ontem e de hoje**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. In: MANCEBO, Deise e FÁVERO; ALBUQUERQUE, Maria de Lourdes (Org). Universidade: Política, Avaliação e Trabalho docente. São Paulo: Cortez 2004.

TEIXEIRA FILHO, J. **Gerenciando o conhecimento: como a empresa pode usar a memória organizacional e a inteligência competitiva no desenvolvimento dos negócios**. Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 2000.

TERRA, J. C. C. **Gestão do Conhecimento: o grande desafio empresarial: uma abordagem baseada no aprendizado e na criatividade.** São Paulo: Negócio, 2001.

TOZONI-REIS, M.F.C. **Contribuições para uma pedagógica crítica da educação ambiental: reflexões teóricas.** In: LOUREIRO, C.F.B. A questão ambiental no pensamento crítico. Rio de Janeiro: Editora Quartet, 2007.

TRIGUEIRO, M. G. S. **Uma discussão sobre ciência e a ideologia em Althusser.** Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília, v. 2, n. 3, p. 421-430, 1985. Disponível em http://atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/v02/cc02n3_05.pdf Acessado em maio de 2005.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIANA, Nildo. **Formação Intelectual, Representações Cotidianas e Pensamento Complexo.** Educação & Mudança, v. 2, num. 09, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** Tradução de Daniel Grassi. 3a ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WHETTEN, D.A. **Organizational decline: A neglected topic in organizational science.** Academy of Management Review. n.5, p. 577-588. 1980.

ZACCARELLI, Sérgio B. **Estratégia e sucesso nas empresas.** São Paulo: Saraiva, 2000.

ZIMAN, J. M. **Conhecimento público.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979, p. 164.